

A Sexualidade de Crianças e Adolescentes e os Casamentos Infantis: Uma Análise dos Discursos da Revista Veja.¹

Avelina Oliveira de Castro²
Universidade Federal do Pará, Pará, PA

Resumo

O presente artigo analisa os discursos de mídia impressa sobre sexualidade de crianças e adolescentes e seus possíveis enlaces conjugais. A análise dos discursos jornalísticos utiliza como metodologia a Análise dos Discursos de vertente francesa, tomando como principal referencial teórico o filósofo francês Michel Foucault e toma como procedimentos a análise de reportagens da revista Veja, que divulga pesquisas e traz relatos sobre a temática da sexualidade de crianças e adolescentes e os chamados “casamentos infantis”, que no Brasil e em especial a região amazônica são práticas sociais que integram a vida da população de vários municípios, assim como também são práticas culturais indígenas seculares, como consta em pesquisas científicas realizadas em diversas localidades da Amazônia.

Palavras-chave: discursos, crianças, adolescentes, sexualidade, casamentos infantis.

Considerações iniciais:

A grande mídia constrói discursos, cotidianamente, e os coloca em circulação na sociedade como uma estratégia persuasiva de disputa midiática para assumir um status de verdade. Não se pode negar o seu poder e influência na vida humana, uma vez que vários estudos o apontam desde o século XX como o “Quarto Poder” e “no início do século XXI, diversas vozes do mundo social, político e acadêmico não hesitam em considerar o jornalismo como o ‘primeiro poder’” (TRAQUINA, 2005a, p. 187).

Neste sentido, os estudos e pesquisas sobre a mídia são importantes para a compreensão das engrenagens da própria vida social. E seguindo esta linha, o foco deste artigo é analisar a reportagem intitulada “A sina das meninas noivas” publicadas na revista Veja, edição 2617, em 16 de janeiro de 2019 (Ver Imagem 1). Trata-se de uma reportagem de oito páginas, com chamada na capa – embora não seja a principal da revista naquela edição – na parte superior central da revista. A análise que, aqui,

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), ambos programas da Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: avelinacastro@gmail.com.

apesento integra os estudos que estou desenvolvendo em minha tese de doutoramento e que inclui esse tema³.

Imagem 1:



Veja, 16, jan. 2019.

A escolha de uma reportagem da revista Veja se deve ao fato de que esta faz parte da biografia do Brasil, pois é, reconhecidamente, uma das mais lidas no Brasil, desde 1968, quando foi criada e tem influencia na opinião pública brasileira, onde “há uma quantidade considerável de brasileiros que diante de suas páginas coloridas, de papel brilhante, se identifica com a ‘realidade’ apresentada” (HERNANDES, 2001, p.8).

Vale destacar que a revista Veja, segundo informa o próprio site da revista⁴, foi fundada, em 1968, pela editora Abril, de Roberto Civita (1936-2013), durante o regime militar, um pouco antes do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado pelo presidente Arthur da Costa e Silva. Nesse período, a revista sofrera censura e teve edições apreendidas. No texto do site a Veja se define como “a maior, mais influente e mais prestigiada revista brasileira”, ao longo de mais de cinco décadas de existência. E só para se ter uma ideia do alcance do periódico, a sua primeira edição da revista vendeu quase 650 mil exemplares e em vários momentos de sua história atingiu a marca de 1 milhão de exemplares.

³ Tese de doutoramento que está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), ambos programas da Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁴ Essas e outras informações foram retiradas do site da revista, onde é possível também ver uma linha do tempo do periódico em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>. Acesso em 05, jul, 2019.

A referência à parte da história da revista se faz necessário para explicar um pouco da inquietação que me motiva a buscar entender como os textos de Veja são construídos e quais os recortes e interpretações de informações são transformados em fatos jornalísticos para “influenciar” seus leitores. Neste caso, em especial, ao abordar os chamados, midiaticamente, “casamentos infantis”.

Utilizo como metodologia de análise neste artigo a Análise do Discurso de vertente francesa, tomando como principal referencial teórico o filósofo francês Michel Foucault, mas não só eles, pois também trazemos para esse diálogo e análise teóricos do campo da Comunicação, assim como autores que estudam gênero e sexualidade para tentar dar conta da complexidade dessa temática.

Jornalismo e discursos

Para uma melhor compreensão da análise desenvolvida, penso ser necessário introduzir, aqui, alguns conceitos e estudos que utilizo para a análise da reportagem “A sina das meninas noivas”. Primeiramente, destaco que estou lançando o meu olhar para o jornalismo e para o campo da Comunicação, pois a especificidade do olhar comunicacional (FRANÇA, 2002, p.15) está em alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas) e a situação sócio-cultural (o contexto), como explica a autora:

Trata-se portanto, o processo comunicativo, de algo vivo, dinâmico – instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura. É promovendo essa interseção que o viés comunicacional se coloca e se legitima como de fato um outro “ponto de vista” (ponto de onde se vê); um lugar frutífero para analisar e compreender a realidade em que vivemos (FRANÇA, 2002, p.15).

Destaco, nesse sentido, a importância do olhar comunicacional como mais um dispositivo que se soma para a análise dos discursos jornalísticos e a compreensão da realidade. Além disso, chamo a atenção para os “valores-notícia”, que norteiam a escolha dos acontecimentos pela imprensa, que selecionam entre os acontecimentos e informações o que deve ou não ser publicado em cada veículo e momento.

Segundo Traquina (2005a), há um grande número de valores-notícias que são adotados, de acordo com o período histórico, localidade e até mesmo a linha editorial de cada empresa jornalística. Mas, na lista de valores-notícias selecionada pelo autor em sua obra “Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional”, destaco o que ele chama de “infração”, que seria a violação, a transgressão das regras, o crime, pois “muita desta cobertura do crime assinala, no entanto, a transgressão das fronteiras normativas” (TRAQUINA, 2005a, p. 85).

Ressalto que em outra obra,⁵ Traquina (2005b) faz menção a uma certa "autonomia relativa" do jornalismo, porém reconhece também que a atividade jornalística é altamente condicionada por fatores que vão desde a pressão das horas de fechamento, passando pelas hierarquias superiores da empresa jornalística – até mesmo pelos donos da mídia – até o fato do jornalismo ser um negócio, com uma brutal competitividade no mercado jornalístico, entre outros condicionantes.

Nesse sentido, ressalto que a seleção dos enunciados jornalísticos não é aleatória, pois os discursos passam por procedimentos de controle (FOUCAULT, 1996, p. 8-9), como explica Foucault:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Mais do que isso, para que esse discurso seja validado e tido como verdade, é preciso que a voz institucional tenha legitimidade. No caso do jornalismo, os veículos jornalísticos são vistos como a voz institucional legitimada socialmente para narrar fatos da forma mais próxima da verdade, dos fatos brutos (TRAQUINA, 2005). Ou seja, a análise que está se trazendo, aqui, trabalha com uma concepção ampla de discurso, na qual estão incluídos não só os textos jornalísticos como também as imagens (fotografias), já que todas essas materialidades são produtoras de sentidos.

Para Foucault (2005) o discurso é considerado como uma prática que provém da formação dos saberes e ela se articula com as outras práticas não discursivas, pois a produção discursiva, segundo ele, funciona como um jogo estratégico, um espaço em que saber e poder se articulam, uma vez que quem fala (o sujeito), fala de algum lugar, a

⁵ Referimo-nos ao livro “Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são”, Florianópolis: Insular, 2005.

partir de um direito reconhecido institucionalmente. E esse discurso, que se apresenta como verdadeiro, veicula saber (institucional) e é gerador de poder:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2005, p.132).

Dito em outras palavras, as posições do sujeito, os lugares de fala, são construídas fora do discurso, segundo determinações culturais, sociais e históricas. As instâncias de enunciação e de interpretação, onde o discurso é construído, como no caso desta análise, a revista *Veja*, também é compreendida como um lugar. A mídia, em geral, é um desses espaços constitutivos de discurso e produtor de sentidos, pois ela “é para as massas a forma mais moderna, quando não a única, de viver a história no calor do seu acontecimento” (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 116).

Foucault (2005) enfatiza que um determinado contexto, uma determinada conjuntura, uma determinada relação de poder, determina o que pode e deve ser dito, assim como também determina os interditos, ou seja, aquilo que não deve ser dito em determinado momento, como explica:

Um enunciado pode ser o mesmo, manuscrito em uma folha de papel ou publicado em um livro; pode ser o mesmo pronunciado oralmente, impresso em um cartaz, reproduzido por um gravador (...). O regime de materialidade a que obedecem, necessariamente, os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis (FOUCAULT, 2005, p. 116).

Assim, o autor destaca que “um enunciado é sempre um acontecimento, que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2005, p. 31), pois ele está ligado, de um lado, a um gesto de escrita e suas articulações e, de outro, a um campo de memória de qualquer forma de registro, assim como também a uma ordem, um controle.

Infância, sexualidade e gênero

Para a análise dos discursos de Veja na reportagem “A sina das meninas noivas” tomo como importante destaque o fato da noção de infância ser algo, relativamente, recente na história da humanidade. De acordo com o historiador francês Philippe Ariès, durante muitos séculos a infância e a adolescência não eram reconhecidas como “idades da vida” (ARIÈS, 2011, p. 143). O sentido que vigorava era o de uma espécie de “adulterização” da vida humana, na qual a criança era vista como um “pequeno adulto”, conforme explica:

O sentimento da família, que emerge assim nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância. O interesse pela infância (...) não é senão uma forma, uma expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento da família (ARIÈS, 2011, p. 143).

Segundo o autor, a valorização da família na sociedade ocidental acontece, simultaneamente, ao desenvolvimento da classe burguesa e de seus valores, a partir do século XVI. Porém, como essa categoria foi sendo construída ao longo de séculos, não há como afirmar que exista um marco histórico que sinalize a consagração do conceito de infância.

Ariès (2011) revela em seus estudos iconográficos que o conceito de infância era desconhecido na Idade Média e que só no final do século XVI, e ao longo do XVII, a história da arte e da iconografia revelaram a presença de sinais significativos da infância, embora ela só tenha sido fortalecida mesmo no século XIX. A ideia de adolescência também é considerada historicamente recente, datando, mais precisamente, do século XVIII, pois, antes disso, assim que a criança deixava de depender da mãe ou da ama, já passava a integrar, prematuramente, o grupo dos adultos.

Vale destacar também que, na contemporaneidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, em seu artigo 2º, considera como criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade”. A esse discurso normativo se une a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)⁶, que tem relevante voz discursiva no país e no mundo e que foi criado em 1946 e que chegou ao Brasil, em 1950, para se somar na luta para que seja assegurado

⁶ Essas e outras informações em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unicef/>. Acesso em 25, jun. 2019.

“que cada criança e cada adolescente tenha seus direitos humanos integralmente cumpridos, respeitados e protegidos”. Destaco que é o Unicef a fonte da pesquisa que embasa a reportagem de Veja, analisada por mim neste artigo e que aponta o Brasil como o quarto país do mundo em número de casamentos infantis.

Em minha pesquisa tomo algumas referências sobre sexualidade e gênero, que neste artigo, por questões de espaço, restringirei a três deles (embora trabalhe com vários outros): Giddens, Foucault e Beauvoir, que considero importantes para analisarmos os discursos midiáticos sobre a questão dos ditos “casamentos infantis” sob a perspectiva da sexualidade e de gênero.

Giddens (1993, p.19), ao analisar a mudança social e o comportamento sexual da sociedade, faz referência ao fato de aspectos como a virgindade antes do casamento ter sido algo que era apreciado por ambos os sexos, durante muito tempo, o que levava as garotas a aguardarem por um momento especial para perdê-la, fato que tem perdido a força ao longo do tempo, embora ainda permaneça um olhar social discriminatório/classificatório, separando as “decentes” das “vadias”, de acordo com as suas práticas e vivências sexuais.

Quando observamos a atividade sexual dos adolescentes, hoje, a distinção da garota decente/garota vadia ainda se aplica em certo grau, assim como a ética da conquista masculina. Mas outras atitudes, por parte de muitas adolescentes em particular, mudaram radicalmente. As garotas acham que têm o direito de se envolver na atividade sexual, incluindo a relação sexual, em qualquer idade que lhes for apropriada (GIDDENS, 1993, p. 19).

O autor analisa as mudanças sexuais, em uma camada da classe social burguesa, a partir de uma perspectiva de gênero, que mostra diferenças de dimensão e sentimentos que adolescentes dos gêneros masculino e feminino dão para as mesmas vivências sexuais. De acordo com Giddens, o conceito de “amor romântico” e a busca por viver um romance ainda tem forte influência nessas vivências, como a perda da virgindade que, segundo ele, para os rapazes é considerada uma adição, um ganho, um dentre outros símbolos da capacidade masculina, já para as garotas ainda é considerada uma “entrega”, e o mais importante não é realizá-la (como ocorre com os meninos), mas como escolher o momento e as circunstâncias certos.

Foucault, ao falar dos tabus e dos jogos de interdições discursivas que permitem que algo seja dito e que outra fala seja silenciada, em determinado período histórico – como já destaquei, anteriormente, ao falar de discurso – destaca a sexualidade como um dos temas em que a interdição é mais forte. Explica o autor:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2011, p. 9-10).

Neste sentido, como já dissemos anteriormente, Foucault (2011) destaca que há uma forte relação de poder atravessando a sexualidade e disciplinando-a, discursivamente. O autor explica também que o que não é regulado para uma determinada geração, como as crianças, “não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio” (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Esses comportamentos em relação à sexualidade disciplinam os corpos. E ainda que o autor não trate em sua análise da questão de gênero, em especial o feminino, seus estudos nos permitem dialogar com outras ideias de autoras que observam essas relações de poder atravessando os corpos femininos e promovendo a sua sujeição.

Sobre essa questão, Simone de Beauvoir (2016), em sua célebre obra “O segundo sexo”, datada de 1949, reflete sobre o que seria ser uma mulher, ou melhor tornar-se uma mulher, e analisa, com base em fatos e mitos difundidos, discursivamente e historicamente, sobre as relações de gênero, que ser esse segundo sexo implicaria em ser “o outro”, algo que não teria uma essência e uma autonomia própria, cabendo a essa categoria uma posição hierárquica de inferioridade.

O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele a fêmea é sexo, logo ela é o absolutamente. A mulher determina-se e

diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 2016, p. 12-13).

Beauvoir (2016) analisa o pensamento de vários autores, alguns clássicos, que referem-se à mulher como sendo um ser inferior, como Aristóteles, que diz que “a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”, e São Tomaz de Aquino, que afirma que a mulher é um “homem incompleto”, fazendo referência ao livro bíblico do Gênesis, quando diz que Eva teria sido extraída da costela de Adão, entre outros autores e seus discursos que difundem e atualizam os discursos de uma hierarquia de poder superior do homem em relação à mulher, que estaria em posição de inferioridade, de incompletude (BEAUVOIR, 2016, p. 16). Explica a autora:

Ora, a mulher sempre foi, se não escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesadelo handicap. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta (BEAUVOIR, 2016, p. 17).

A teórica feminista francesa (2016) destaca, ainda, que, economicamente, homens e mulheres pertencem a uma espécie de “castas” diferentes. Essa relação desigual de poder e gênero vai aparecer, claramente, nos discursos da reportagem de Veja, analisada neste artigo, como veremos mais adiante.

Os “casamentos infantis” nas páginas de Veja

O tema dos chamados, midiaticamente, “casamentos infantis” aparece na reportagem “A sina das meninas noivas” (Ver Imagem 2) dando destaque, justamente, para as meninas. Todas as histórias são apresentadas a partir da vida dessas meninas, mesmo quando o parceiro delas também tem menos de 18 anos, como ocorre com um dos casais entrevistados. O foco é dado a elas, chamadas no discurso jornalístico de Veja de “meninas-noivas” e “meninas-esposas”. E a questão da gravidez dessas adolescentes também aparece bastante nos discursos, que não discutem os direitos sexuais e reprodutivos dessas “protagonistas” da reportagem.

Imagem 2:



Veja, p. 72-73, de 16, jan. 2019.

É importante destacar que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), entre os desafios brasileiros para alcançar as metas pactuadas na Agenda 2030 sobre o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, está a elaboração de políticas voltadas para jovens e adolescentes. A Agenda é um conjunto de 17 objetivos e 169 metas de desenvolvimento sustentável e conforme dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Brasil ainda apresenta, por exemplo, alto índice de gravidez na adolescência: uma média de 18,1% de nascimentos oriundos de mães adolescentes, apesar de uma baixa taxa de fecundidade geral. Ao menos 24 mil bebês são de mães com idade entre 10 e 14 anos.

Além disso, o Fundo de População destacou necessidades de avanços na prevenção da violência sexual e das uniões precoces. Sobre o primeiro, o Atlas da Violência de 2018, revela que dos quase 50 mil casos de estupros registrados pelas autoridades policiais brasileiras, 68% foram contra vítimas de 17 anos ou menos. Já em relação ao segundo caso, das “uniões precoces”, o Censo de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 88,5 mil meninos e meninas com idade entre 10 e 14 anos estavam em algum tipo de união conjugal.

Logo na abertura da reportagem, cuja foto aparece na imagem 2, é contada a história da adolescente de 17 anos, que é identificada com o nome completo, Eriane Costa Ribeiro. O texto aponta várias situações de violência contra ela, que foi espancada pelo pai, quando morava com ele, o que a levou a fugir de casa aos 12 anos e se casar

com um homem de 38 anos, cujo nome não é revelado, e depois foi também espancada pelo primeiro marido, conforme trecho abaixo:

Na nova moradia, era espancada todos os dias, além de cozinhar e limpar a casa (...). Hoje, aos 17 anos, a adolescente espera o segundo filho e aparenta ter mais de 30 anos (...). Ela não sabe a tabuada de cor, mas dá conta de carpir um quintal de 300 metros quadrados e limpar a fossa usada como banheiro. Cozinha, limpa, engoma as camisetas do cônjuge, a quem chama de “senhor” (Veja, p.72 e 74, de 16, jan. 2019).

Neste trecho da reportagem chama a atenção alguns aspectos – que também aparecem em outros relatos. Um deles é a violência contra a adolescente, que é “espancada todos os dias” pelo companheiro. E, embora, essa violência apareça em vários outros casos citados pela revista, não há nenhum dado apresentado sobre violência contra a mulher e nem mesmo uma discussão de gênero, que enquadre essa prática numa relação construída historicamente e socialmente de forma patriarcal, com uma desigualdade de poderes entre os gêneros.

Os afazeres domésticos também são referidos não só no trecho em destaque, com também em outros relatos, mas aparece na reportagem de certa forma “naturalizado”, como se fosse uma “responsabilidade da mulher”, pois não são citadas essas tarefas feitas pelos companheiros, chamados nesse enunciado de “cônjuge”⁷, ou demonstrado nos discursos que eles não as fazem. Nesse enunciado fica clara a posição de servidão da menina em relação ao companheiro, relação que é analisada por Beauvoir (2016) em seus estudos que demonstram uma desigualdade de condições entre homens e mulheres, como já abordei, anteriormente.

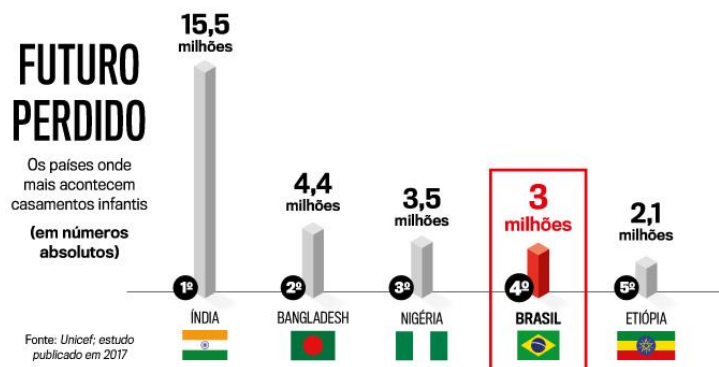
Além disso, o nome da adolescente – que é vítima de violência – aparece por completo e sem nenhum interdito, mas o nome do agressor é omitido, preservado pela reportagem, que o define apenas como “um homem de 38 anos”. E, ainda nesse enunciado jornalístico é destacado que a adolescente chama o atual companheiro de “senhor”, assim entre aspas, mas estas usadas tão somente para enfatizar que é uma fala da “personagem” da reportagem, pois também não há nenhum aprofundamento

⁷ O termo “cônjuge” é um substantivo masculino atribuído a “alguém em relação à pessoa com quem se casou; cada pessoa que faz parte de uma relação definida pelo casamento; Etimologia (origem da palavra cônjuge). Do latim conjux.ugis. Sinônimos de Cônjuge: consorte, esposa, esposo. O termo é mais usado no discurso jurídico, mas ganhou destaque, recentemente, ao ser usado pelo atual Ministro da Justiça, o ex-juiz Sérgio Moro, que o pronunciou, durante entrevista à imprensa, de forma equivocada, falando “conje”. O termo viralizou bastante nas redes sociais por meio de memes.

discursivo ou contextualização sobre a relação de sujeição dos corpos dessas meninas (BEAUVOIR, 2016).

A reportagem de Veja traz uma pesquisa (Ver Imagem 3), que tem como fonte o Unicef, que aponta que o Brasil é o quarto país do mundo em números absolutos dos chamados “casamentos infantis”.

Imagem 3:



Veja, p. 78, de 16, jan. 2019.

Em outro enunciado do discurso jornalístico de Veja nesta reportagem é narrada mais um tipo de violência contra a mulher. Dessa vez, sexual. É o caso de Ane Tainara do Nascimento, hoje com 17 anos. Segundo o texto, a mãe dela morreu quando ela tinha 1 ano, e o pai já havia abandonado a família. Durante a infância, ela foi criada pelo tio e, “em contrapartida, cuidava da casa e fazia as vezes de babá dos primos”. E foi quando completou 15 anos passou a ser vítima de estupro, conforme o texto informa:

A moeda de troca mudou quando ela completou 15 anos. O tio a obrigava a namorar um homem de 36 para receber ajuda financeira. “O cara pagava aluguel, comprava cama...”, lembra a garota. A relação forçada durou um ano (...). Hoje, com 17 anos, Ane está grávida do primeiro filho (...). “Eu deixo ela sair, se divertir. Mas não precisa trabalhar, porque garanto o sustento”, diz o marido, cujo salário é de 2800 reais (Veja, p. 77, de 16, jan. 2019).

O trecho acima dá a ver uma “romantização” do crime de estupro, ao usar o termo “namorar” para uma prática criminosa, que é o estupro, previsto no artigo 213 do Código Penal Brasileiro, uma vez que o texto mesmo diz que a adolescente era obrigada a namorar o homem de 36 anos, ou seja, não era uma relação consensual, era crime, e deveria ter sido tratada na reportagem como crime.

Além da dinâmica de gênero, já aqui mencionada, e presente na violência narrada acima – e não abordada na reportagem – a cobertura de casos de violência contra a mulher e contra adolescentes já é bastante discutida na sociedade e algumas entidades, como a Andi⁸ e Olga⁹ já lançaram até manuais, orientando a forma correta de tratar o tema.

Mais uma vez, também não foi informado o nome do suspeito de ter praticado o estupro, embora o da adolescente vítima tenha sido citado sem nenhum constrangimento, além da foto dela ter sido exibida com o atual marido, assim como foram exibidas as fotos de todas as meninas na reportagem.

Por fim, neste enunciado jornalístico se observa mais uma narrativa de sujeição do corpo feminino em relação ao homem (BEAUVOIR, 2016). A situação pode ser vista no final da citação, quando o marido da adolescente diz: “Eu deixo ela sair, se divertir. Mas não precisa trabalhar, porque garanto o sustento”. Nota-se que ao expressar “eu deixo”, o homem deixa claro quem é que manda na relação. A fala dá a ver uma dinâmica de “posse”, de “hierarquia”, “de poder”, na qual a mulher está subjugada pelo homem nesse casamento.

Considerações Finais

A análise, ora realizada neste artigo, integra uma pesquisa doutoral que está em desenvolvimento e que se propõe a refletir e analisar dinâmicas de construção e prática da sexualidade de adolescentes no Arquipélago do Marajó, no Pará, mais precisamente, em Breves, onde nossa etnografia está sendo realizada. Nesse município e região tenho observado que as vivências dos ditos “casamentos infantis” ocorre com certa frequência e possuem uma dimensão cultural na Amazônia, mas que não foi tratada neste artigo,

⁸ Criada formalmente em 1993, mas atuando de maneira voluntária desde 1990, a ANDI é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e apartidária, que articula ações inovadoras em mídia para o desenvolvimento. Suas estratégias estão fundamentadas na promoção e no fortalecimento de um diálogo profissional e ético entre as redações, as faculdades de comunicação e de outros campos do conhecimento, os poderes públicos e as entidades relacionadas à agenda do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos nos âmbitos nacional e global. O manual ou guia para a imprensa referido neste artigo pode ser acessado em: <https://www.childhood.org.br/publicacao/Guia-de-refere%CC%82ncia-para-cobertura-jornali%CC%81stica-ANDI.pdf>. Outro manual pode ser acessado em: file:///C:/Users/Avelina%20Castro/Downloads/estatuto_crianca_adolescente.pdf. Acesso em: 18, jun, 2019.

⁹ A Olga é uma ONG feminista criada em 2013, com o objetivo de empoderar mulheres por meio da informação. O projeto é um hub de conteúdo que aborda temas importantes para o público feminino de forma acessível. O manual ou guia para a imprensa citado neste artigo pode ser acessado em: <https://thinkolga.com/2016/05/30/minimanual-do-jornalismo-humanizado-pt-i-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 18, jun. de 2019.

que se ateuve à análise dos discursos da revista *Veja*, na reportagem “A sina das meninas-noivas”, publicada em 16 de janeiro de 2019.

No entanto, destaco que a análise dos discursos midiáticos é importante porque a mídia é uma das instituições sociais que contribuem para a constituição dos sujeitos, como destaca Foucault. Nesse sentido, trabalho em minha análise a mídia como “produtora de identidades (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 113), o que torna os discursos produzidos e colocados em circulação por ela como um tipo de “regulador de corpos”, afinal, a “prática jornalística se caracteriza pelo emprego de estratégias que promovem uma construção da realidade no e pelo discurso” (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 113).

Na análise, aqui feita, chamou bastante a atenção os deslocamentos e apagamentos discursivos e as possibilidades de sentido produzidas pelos enunciados jornalísticos sobre o tema. Nesse sentido, marcou-me, fortemente, a percepção de uma certa “romantização” e até “naturalização” de violências sofridas pelas adolescentes, como se esse fosse o “destino” ou mesmo a “sina” – termo que a reportagem de *Veja* usa – para as mulheres pobres e que não têm acesso a políticas públicas. Aliás, por falar nelas, o texto jornalístico não faz nenhum questionamento sobre o assunto e nem foi entrevistado o Ministério da Educação ou da Saúde e nenhum outro órgão governamental para falar sobre a falta de políticas públicas nas regiões e comunidades que a reportagem percorreu.

Além disso, chama a atenção também a apresentação total das identidades das adolescentes, em especial as vítimas de violência, e um apagamento ou silenciamento em relação aos nomes dos ex-companheiros das meninas, apontados como os suspeitos dos crimes.

Por fim, ressalto uma total ausência de debate promovido pela revista em torno da questão de gênero presente nos fatos por ela enunciados em seus discursos jornalísticos. Nenhuma pesquisadora da área foi entrevistada ou foi fonte da reportagem, o que empobreceu por demais a contextualização e discussão do tema, não garantindo uma multiplicidade maior de vozes, preceito básico do bom jornalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3.ed. Tradução de Sérgio Milliet. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3.ed. Tradução de Sérgio Milliet. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Paradigmas da comunicação: conhecer o que?** Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação [Congresso], São Paulo, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 2003.
- HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. Dissertação. Universidade de São Paulo. 2001. Disponível em: http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/919453-ARQ/919453_5.PDF. Acesso: 10 de dezembro de 2011.
- NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 111-124.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005a.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis. Insular, 2005b.